A Constituição precisa de Farmar Aura

written by Paulo Moreira | 27 de Novembro, 2026



Fui desafiado a escrever sobre este tema e recusei algumas vezes. Não por falta de opinião, que
isso nunca foi propriamente um problema meu, mas porque há assuntos que exigem uma
maturidade, uma profundidade e uma capacidade de análise que nem sempre estão ao alcance de
quem tem de pagar a prestação da casa.

O tema é a polémica em torno do Orçamento do Estado, mais concretamente a intenção do
primeiro-ministro de não cumprir determinadas normas aprovadas pela Assembleia da República.
Uma questão séria, evidentemente. Daquelas que envolvem a Constituição, a separação de
poderes, a responsabilidade política e outras coisas que, em

princípio, distinguem uma democracia
de uma reunião de condomínio particularmente mal-organizada.

Mas, depois de pensar um pouco no assunto, ocorreu-me uma solução. E, como acontece
frequentemente na política portuguesa, a solução veio de onde menos se esperava: das crianças.

Hoje, os miúdos entretêm-se com uma atividade chamada combates de farmar aura. Para quem
não está familiarizado com esta modalidade, trata-se, tanto quanto consegui perceber, de uma
espécie de competição em que os participantes procuram acumular aura. Não é propriamente uma
ciência exata. Não existem pontos oficiais, regulamentos publicados em Diário da República ou
uma comissão independente de avaliação. A aura resulta de uma combinação de estilo, atitude,
confiança e presença marcante. Basicamente, é uma forma moderna de dizer que alguém tem
pinta, mas com uma terminologia que faz os adultos sentirem-se imediatamente ultrapassados.
Ora, imaginem o que seria organizar um combate destes entre André Ventura, Luís Montenegro e
Pedro Nuno Santos.

Três púlpitos, três microfones e uma plateia. O objetivo seria simples: ganhar aura. Cada
interveniente teria de demonstrar estilo, atitude, confiança e presença. Sem recorrer a assessores,
estudos de opinião ou frases preparadas por equipas de comunicação.

Montenegro começaria, provavelmente, com um movimento de contenção institucional. Ventura
responderia com uma provocação de elevado impacto visual. Carneiro tentaria encontrar um
equilíbrio entre a indignação e a responsabilidade de Estado.

O júri, composto por crianças de dez anos, decidiria quem tinha mais aura.

O vencedor ficaria com o direito de governar. Os outros dois poderiam continuar a fazer vídeos para as redes sociais, mas sem acesso à Constituição durante pelo menos uma semana.
E assim se resolveria, de uma vez por todas, o problema político que aparentemente existe.
Aliás, a vantagem deste método é que, depois de as crianças terminarem de brincar, talvez pudéssemos finalmente conversar como adultos.

Porque o que está em causa não é propriamente uma questão de gosto, de estilo ou de quem consegue fazer a declaração mais contundente. É uma questão institucional. O Governo tem de cumprir a lei? Pode recusar a aplicação de normas aprovadas pelo Parlamento? Em que circunstâncias? Com que fundamento? E quem decide quando há um conflito entre órgãos de soberania?
São perguntas importantes. Tão importantes que até os constitucionalistas parecem ter dificuldade em chegar a um consenso. Uns entendem uma coisa, outros entendem outra, e há sempre um terceiro que aparece na televisão para explicar que os dois primeiros estão parcialmente errados.
Talvez lhes falte aura.

É uma hipótese que não deve ser descartada. Afinal, se nem os especialistas conseguem concordar, quem será o iluminado que sabe exatamente onde começa e acaba a razão jurídica? O primeiro ministro? O líder da oposição? O constitucionalista que fala mais alto? O comentador que tem mais tempo de antena?

Talvez devêssemos experimentar uma nova metodologia, em vez de pareceres jurídicos,
organizávamos combates de aura entre constitucionalistas. Quem conseguisse manter uma
expressão mais séria enquanto dizia «*princípio da separação de poderes*» ganhava dois pontos.
Quem conseguisse citar um artigo da Constituição sem consultar os apontamentos ganhava três.
E quem começasse uma frase com «*do ponto de vista jurídico*» sem acabar a dizer «*depende*»
recebia um prémio especial.

No final, depois de distribuídas as medalhas e contabilizada a aura, talvez sobrasse algum tempo
para aquilo que realmente interessa: perceber se as instituições estão a funcionar, se a Constituição
está a ser respeitada e se quem governa compreende que uma maioria parlamentar não é uma
autorização para escolher as leis de que gosta.

Porque uma democracia não é um combate de popularidade. E a Constituição não é um
regulamento de recreio que se cumpre quando nos convém.
Embora, olhando para o espetáculo, às vezes pareça que alguns adultos ainda não saíram do
intervalo.